

INTERSECÇÕES ENTRE LÉLIA GONZALEZ E PAULO FREIRE: UMA APROXIMAÇÃO INICIAL

ARISTÓTELES BERINO
ANDRÉA CAVALCANTI DE MENDONÇA

RESUMO

O artigo parte da desigualdade social e educacional historicamente verificada na sociedade brasileira e agora sob risco de adquirir maior gravidade diante da condução do governo Bolsonaro na pandemia. O pretendido é apontar, em caráter de uma aproximação inicial, intersecções entre Lélia Gonzalez e Paulo Freire, analisando a forma com que esses autores tratam as desigualdades, e ressaltar a importância que essas intersecções têm no seu combate, corroborando para uma educação popular das e para mulheres negras como corte principal da nossa discussão. Aponta-se que a educação popular feminista negra, por ser emancipadora, antirracista e antissexista, é uma estratégia de enfrentamento das desigualdades de raça, gênero e classe. Trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, realizada através da análise de conteúdo.

Palavras chaves: Paulo Freire; Lélia Gonzalez; desigualdade social; educação popular; feminismo negro.

INTERSECTIONS BETWEEN LÉLIA GONZALEZ AND PAULO FREIRE: AN INITIAL APPROACH

ABSTRACT

The article starts from the social and educational inequality historically verified in Brazilian society and now at risk of acquiring greater seriousness in view of the conduct of the Bolsonaro government in pandemic. The intention is to point out, as an initial approximation, intersections between Lélia Gonzalez and Paulo Freire, analyzing the way in which these authors treat inequalities, and to highlight the importance that these intersections have in their combat, corroborating for a popular education of and for black women as the main cut of our discussion. It is pointed out that black feminist popular education, for being emancipatory, antiracist and antisexist, is a strategy for confronting inequalities of race, gender and class. This is an exploratory and bibliographical research, carried out through content analysis.

Keywords: Paulo Freire; Lélia Gonzalez; social inequality; popular education; black feminism.

INTERSECCIONES ENTRE LÉLIA GONZALEZ Y PAULO FREIRE: UNA APROXIMACIÓN INICIAL

RESUMEN

El artículo parte de la desigualdad social y educativa históricamente verificada en la sociedad brasileña y ahora en riesgo de adquirir mayor gravedad en vista de la conducta

del gobierno de Bolsonaro en la pandemia. La intención es señalar, como aproximación inicial, las intersecciones entre Lélia Gonzalez y Paulo Freire, analizando la forma en que estos autores tratan las desigualdades, y destacar la importancia que estas intersecciones tienen en su combate, corroborando por una educación popular de y para las mujeres negras como corte principal de nuestra discusión. Se señala que la educación popular feminista negra, por ser emancipadora, antirracista y antisexista, es una estrategia para enfrentar las desigualdades de raza, género y clase. Se trata de una investigación exploratoria y bibliográfica, realizada mediante análisis de contenido.

Palabras clave: Paulo Freire; Lélia Gonzalez; desigualdad social; educación popular; feminismo negro.

INTRODUÇÃO

A proposta de escrever algumas primeiras ideias sobre possíveis intersecções entre as obras de Lélia Gonzalez e de Paulo Freire surge a partir da reflexão desse tempo singular na história do nosso país e planeta, sobretudo no que diz respeito ao cenário da pandemia causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV2, que começou na China, em dezembro de 2019, e já causou mais de 350 mil mortes no Brasil, em meados de abril de 2021.

Vivemos tempos de distanciamentos sociais. Enquanto o distanciamento social imposto pela pandemia não é muito observado, outro distanciamento segue acentuando, cada vez mais, a desigualdade social. Esta, por sua vez, altamente evidenciada nesse período pandêmico.

Assim, estamos de acordo com Estenssoro (2003), quando diz que:

A desigualdade é um componente estrutural do sistema devido a processos conhecidos de exploração e dominação. Esta desigualdade inviabiliza que a pobreza seja erradicada por meio apenas de políticas focalizadas e administradas por um bloco de poder de classes sociais interessadas apenas em consolidar o modelo econômico neoliberal nas formações sociais latino-americanas (ESTENSSORO, 2003, p. 11).

Nesse contexto, vemos a educação popular (BRANDÃO, 2012) como uma potência contra-hegemônica, antissexista e antirracista à emancipação humana como uma das principais estratégias no combate às desigualdades sociais e concordamos com a professora pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e integrante do Grupo de trabalho de Educação Popular em Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Grasielle Nespole, quando disse na entrevista à EPSJV/Fiocruz (2020) que “a educação popular é importante porque reconhece as condições de vida, atua a partir da realidade, promove e organiza redes de apoio social que, neste momento, são fundamentais”.

Sob este aspecto, Gebara (2016) fala da finalidade da educação popular de resgatar o “oprimido” como sujeito histórico ativo na construção da nação. E diz mais:

O resgate do oprimido incluía também o resgate de seu mundo cultural, de seu saber e de seu poder. A perspectiva era a de abrir para eles e elas a atuação na construção de sua própria cidadania modificando leis em seu favor e abrindo as portas para a conquista de direitos (GEBARA, 2016, p. 192).

Tratando-se de educação popular, Paulo Freire é, sem dúvida, uma voz a ser especialmente lembrada. Segundo Gadotti (2014),

Pode-se dizer que Paulo Freire foi o educador brasileiro que mais abriu as portas para a “Educação Popular como política pública” (Pontual, 2004; 2011) por meio de sua atuação como secretário municipal de Educação de São Paulo e, particularmente, com a criação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP) (GADOTTI, 2014, p; 29).

“Não basta ter uma perspectiva libertadora da educação se não houver o reconhecimento dos sujeitos da prática educativa nas suas particularidades e na sua diversidade” (ALMEIDA e LOLE, 2020, p.194).

No caso deste artigo, o recorte se dá numa perspectiva libertadora da educação para as mulheres negras nas lutas emancipatórias, com base no enfrentamento das desigualdades de classe, de gênero e de raça.

LÉLIA GONZALEZ

É sabido que uma educação feminista visa enfrentar e superar o patriarcado, entretanto, é importante ressaltar que o movimento feminista não supre todas as demandas das mulheres negras:

Enquanto as mulheres brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, mulheres negras carregavam nas costas o peso da escravidão, ainda relegadas à posição de subordinadas; porém, essa subordinação não se limitava à figura masculina, pois a mulher negra também estava em posição servil perante à mulher branca. (ARRAES, 2014, s/p).

Além da invisibilidade negra dentro do movimento feminista, as mulheres negras também lidam com o sexismo dentro do movimento negro, Lélia Gonzalez denunciou esse sexismo em sua obra. É assim que, no final dos anos 1970, surge o movimento feminista negro.

Arraes (2014, s/p) faz uma pequena comparação utilizando dados da época:

Enquanto mulheres brancas lutam para que seus salários (média de R\$ 797,00) sejam equiparados aos salários dos homens brancos (média de R\$ 1.278,00), as mulheres negras recebem ainda menos (média de R\$ 436,00). Conseguir um emprego formal, uma boa colocação e ingressar no ensino

superior também são dificuldades típicas daquelas que possuem a pele negra.

Gonzalez nasceu em Belo Horizonte, em 1935. Foi morar no Rio de Janeiro, onde graduou-se em História e Geografia, fez mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política. Atuou como professora em escolas de nível médio, faculdades e universidades. Faleceu em 1994 e seu legado contribuiu para impulsionar não apenas a problemática racial no Brasil, mas também o papel da mulher negra na sociedade.

Foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado contra Discriminação e o Racismo (MNUCDR), em 1978, atualmente Movimento Negro Unificado (MNU), principal organização na luta do povo negro no Brasil e, integrou a Assessoria Política do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, (...) também ajudou a fundar o Grupo Nzinga, um coletivo de mulheres negras e integrou o conselho consultivo da Diretoria do Departamento Feminino do Granes Quilombo. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019, s/p).

O livro **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa** (2018), organizado pela União dos Coletivos Pan-Africanistas, traz textos escritos por ela, entre os quais, destacamos “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira” e “A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade”.

Constatando que Lélia Gonzalez possui uma obra preciosa para se pensar em raça e gênero, é possível dizer que há um déficit acadêmico com relação às pesquisas dos seus escritos.

Gonzalez (2018, p.42) trata da desigualdade de raça e de gênero, reconhecendo, contudo, também a desigualdade de classes: “Ora, na medida que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como o seu lugar na força de trabalho”.

Lélia começou a ser mais amplamente citada recentemente após a fala de Ângela Davis, quando esta esteve no Brasil, em 2019. Na ocasião, ela afirmou que os brasileiros não precisam dela, pois possuem Lélia Gonzalez.

Até a metade dos anos 80, Lélia talvez tenha sido a militante negra que mais participou de seminários e congressos fora do Brasil, sempre levando um discurso forte, provocativo e emocionado sobre a política racial brasileira, contribuindo para revelar a democracia racial como mito. Nos Estados Unidos e em vários países da África, da América Central, do Caribe e da Europa estivemos presentes através dela.” (BAIRROS, 1994, s/p).

Luiza Bairros (2000) relata que de “babá de filhinho de madame”, Lélia passou a estudante de História e de Filosofia, professora da rede pública, mestre em Comunicação e em Antropologia, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutoranda em Antropologia Política na Universidade de São Paulo. Lélia exerceu um papel fundamental na criação e ampliação do movimento negro contemporâneo. Era membro da Comissão Executiva Nacional. Entre 1976 e 1978, Lélia ministrou cursos de Cultura Negra no

Brasil na Escola de Artes Visuais, no Parque Lage. As contribuições de Lélia de maior impacto foram as que buscaram articular racismo e sexismo. Com ela, aprendemos outros modos de pensar a diáspora africana, sintetizada em sua proposta da categoria amefricanidade para definir a experiência comum dos negros nas Américas. O texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (GONZALEZ, 2000) é considerado emblemático.

Bairros (IPEA, 2009, s/p) fala também sobre a importância de Lélia dentro do Movimento Negro Unificado:

Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nossa porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU, e o racismo que impedia nossa inserção plena no movimento de mulheres.

PAULO FREIRE

Sobre a importância de Paulo Freire, talvez fosse suficiente dizer que ele é o patrono da educação brasileira (Lei no. 12.612, em 13 de abril de 2012), mas não basta, na verdade. Há uma campanha contra sua obra, apoiada inclusive pelo governo Bolsonaro. O atual ministro da educação (em abril de 2021), Milton Ribeiro, em uma entrevista publicada no dia 24 de setembro de 2020, no Estadão (SOARES, on-line), disse: “Tive a pachorra de ler o texto mais famoso dele, que é a ‘Pedagogia do Oprimido’. Eu desafio um professor e uma acadêmico que venha me explicar onde ele quer chegar (...)”. O ministro anterior, Abraham Weintraub, também gostava de atacar Paulo Freire. Em um twitter (SCHUQUEL, on-line) postou a foto de um mural que fica em frente ao Ministério da Educação e onde há uma imagem artística do Paulo Freire. Pergunta, então: “É ou não é feio de doer?”

Entre populistas de direita e fascistas, Paulo Freire se transformou em uma vítima constante de críticas que poderíamos situar como *pós-verdade*. Não há real interesse na crítica referenciada e ilustrada sobre a sua obra. O que existe é a vontade de atingir Paulo Freire de modo vulgar, desde que cause engajamento nas redes sociais, uma agitação que mobilize apoiadores do governo, sem comoção com perplexidade causada. Ana Maria Araújo Freire, viúva de Paulo Freire, chegou a declarar (BASILIO, on-line): “Bolsonaro só não manda matar Paulo Freire porque ele já morreu”. Não sem exagero. Importante lembrar que Paulo Freire permaneceu preso por 72 dias após o golpe civil-militar de 1964 (FREIRE, 2017, p. 165) e precisou partir para o exílio para não voltar a ser preso e, quem sabe, acontecer algo pior, destino de tantas pessoas perseguidas, torturadas e mortas pelo regime militar.

A perseguição, portanto, é uma realidade que Paulo Freire precisou conviver desde o seu aparecimento no cenário nacional, após a divulgação da sua prática e concepção de educação de adultos, nas campanhas de alfabetização, especialmente, a mais famosa delas, em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963. Durante os anos seguintes até a sua morte, em 1997, Paulo Freire foi vítima da difamação - que não cessou até hoje, na verdade. A questão é entender os motivos da existência, durante décadas, de uma mobilização pública e astuciosa para negar a relevância da obra de Paulo Freire e da sua pessoa como educador.

A participação de Paulo Freire nos primeiros anos da década de 1960 com um projeto de alfabetização de adultos foi acompanhada e observada pelo poder. Um episódio marcante ocorreu mesmo na solenidade de encerramento da campanha de Angicos, que contou com a presença do presidente João Goulart. Também presente, o General Castello Branco, Comandante do IV Exército, comentou com um interlocutor, a propósito da campanha de alfabetização, ela serviria “para engordar cascavéis nesses sertões” (HADDAD, 2019, p. 72). Com a publicação da obra **Pedagogia do oprimido**, primeiro nos Estados Unidos, em 1970, no espaço de aproximadamente dez anos, Paulo Freire ganhou notoriedade e respeito excepcional como educador, conhecido internacionalmente.

O caráter político da sua trajetória e obra no período já imprimia uma identidade social, de emancipação e mudança, que alertava reacionários contra o sentido de libertação que Paulo Freire anunciava para a educação necessária das classes populares, mensagem que foi acompanhada em todo o mundo por diversos educadores e tantos movimentos sociais. Como consequência, atuou até na África, em países recém libertos da colonização. É o caso da Guiné-Bissau, experiência que narrou em um livro publicado na década de 1970 (FREIRE, 2011).

Uma vitalidade da obra de Paulo Freire é a sua permanência no tempo, ajudando a fundamentar a luta de muitos outros personagens e não apenas aqueles para os quais ele focou a sua prática e a sua reflexão no início da sua trajetória. No início, entre as periferias de Recife, desde o seu trabalho no Serviço Social da Indústria, entre as décadas de 1940 e 1950, até as populações marginalizadas também das cidades, mas ainda do campo, das campanhas de alfabetização no Brasil e ainda, no exílio chileno, quando apoiou um trabalho pedagógico para a reforma agrária, antes de mudar-se para os Estados Unidos, em 1969, para lecionar em Harvard, por quase um ano, a concepção de uma educação como prática da liberdade parecia dirigir-se preferencialmente a determinadas populações que podiam ser classificadas como integrantes do “povo”.

Atualmente, é possível verificar que a obra de Paulo Freire tem usos que podem ser mais matizados sociologicamente, menos indeterminados em categorias mais gerais como “oprimidos”. Hoje não se fala mais, por exemplo, apenas em “educação popular”, mas também em “educação popular feminista” (CASTRO; MACHADO, 2016). É a partir de uma nova percepção e condução das lutas emancipatórias que chegamos à nossa conversa sobre possíveis intersecções, portanto, entre Paulo Freire e Lélia Gonzalez – entre outras tantas conversas interseccionais imaginadas e admissíveis.

INTERSECÇÕES

Tanto a obra de Paulo Freire quanto a de Lélia Gonzalez são fundamentais quando se pensa em educação popular e desigualdades sociais no Brasil, antes e agora na pandemia. A intersecção entre as duas obras é um trabalho acadêmico desafiador, mas, sobretudo, promissor para uma prática educativa de caráter genuinamente emancipatório no país. Aqui vamos apenas esboçar algumas perspectivas para ulterior desenvolvimento, prosseguindo com as nossas pesquisas.

Levando em conta o desmantelamento social, político e institucional dos últimos tempos, a educação popular é um tema incontornável, se desejamos enfrentar de frente

as reais demandas das classes populares. Dentre os muitos dos seus desafios no período da pandemia e pós- pandemia, Nespoli (2020) destaca:

O mais imediato é conseguir resistir a toda a necropolítica que está sendo imposta pelos governos, diminuir os danos da pandemia, fortalecer as redes de apoio para que as populações vulneráveis consigam o mínimo das condições necessárias para sobreviver, principalmente nas favelas, periferias e territórios indígenas (NESPOLI, 2020).

A população vulnerável que estamos destacando no presente artigo são as mulheres negras. As condições sofridas por elas podem ser comparadas à relação opressor e oprimido de Paulo Freire, considerando que seus opressores, homens negros e mulheres brancas, também são oprimidos por homens brancos. Portanto, trata-se de uma complexidade a respeito da opressão que muitas vezes escapa à fórmula genérica “opressor x oprimidos”, que invisibiliza as mulheres negras a propósito de como são atingidas pelo poder.

Questões de gênero e raça não estiveram satisfatoriamente presentes na obra de Paulo Freire até que ele despertasse para estas questões. **Pedagogia do oprimido** foi inclusive considerado sexista na linguagem quando recepcionado nos Estados Unidos, lembrou bell hooks (2013, p. 69), em **Ensinando a transgredir**. No seu livro **Pedagogia da esperança**, publicado já na década de 1990, Paulo Freire (2011) irá se retratar:

Começarei exatamente pela linguagem machista que marca todo o livro e de minha dívida a um sem-número de mulheres norte-americanas que, de diferentes partes dos Estados Unidos, me escreveu, entre fins de 1970 e começos de 1971, alguns meses depois que saiu a primeira edição do livro em Nova Iorque (FREIRE, 2011, p. 91).

Em **Pedagogia da autonomia**, última obra publicada em vida, praticamente seu testamento intelectual, Paulo Freire (1996, p. 60) dirá, demarcando um campo de análise sobre a educação popular não presente de modo tão direto nas suas primeiras obras:

O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.

Ainda que a discussão de Paulo Freire sobre educação como prática da liberdade, pedagogia do oprimido e educação popular não tenha contemplado de modo direto temas como gênero e raça, ele ficou sensível a estas questões ao longo no curso da sua vida como educador e intelectual. E não se pode ignorar o fato de que não constituía para ele, homem e branco (talvez mestiço), questões que incomodavam de modo propriamente existencial sua vida. Precisou ser incomodado a respeito da sua própria escrita para rever uma

abordagem que não desconfiava ser inadequada quando dizia “homens”, encobrindo as identidades de gênero e raça. Contudo, a fecunda discussão que elaborou sobre o campo da educação popular, em sua vasta obra e prática, é uma referência importante para a contestação das opressões diversas que cercam a vida dos muitos sujeitos que fazem parte das classes populares. É assim que imaginamos a possibilidade do diálogo entre as obras de Paulo Freire e Lélia Gonzales.

“A Mulher Negra na Sociedade brasileira”, texto que Lélia Gonzalez escreveu e está incluído na coletânea **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira**, foi escrito em 1979 e publicado dois anos depois. Nele, Lélia caracteriza “o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial” e acompanha o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg quando propõe que raça se relaciona diretamente com o aspecto subordinado da reprodução das classes sociais. Além disso, fala sobre a tríplice discriminação (raça, classe e gênero), o que nos parece bastante compatível com a abordagem tardia de Paulo Freire.

No mesmo artigo, Lélia Gonzalez cita também Althusser em uma nota de rodapé, falando da escola enquanto aparelho ideológico do Estado. Não pretendemos identificar a discussão de Althusser com Paulo Freire, apenas chamar atenção para o problema da ideologia, que também faz parte da elaboração freireana. No livro **Pedagogia da Autonomia** (1996, p. 125), há um tópico chamado “Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”. O que gostaríamos de assinalar é que o problema da política em Paulo Freire e Lélia Gonzalez possui pontos de contatos que podem ser explorados lado a lado. Não são abordagens que se distanciam de modo absoluto, apesar do recorte de gênero e raça que imprime Lélia Gonzalez na sua obra e que não caracteriza a centralidade da abordagem de Paulo Freire. Há um horizonte de questões referidas ao poder que permitem uma aproximação teórica e que vislumbramos como um campo para o diálogo sobre a prática educativa, vista como emancipatória para ambos.

A crítica ao peso das relações econômicas e sociais sobre a existência também estão presentes nos dois autores. Freire escreveu, por exemplo:

A liberdade do comércio não pode estar acima da liberdade do ser humano. A liberdade de comércio sem limite é licenciosidade do lucro. Vira privilégio de uns poucos que, em condições favoráveis, robustece seu poder contra os direitos de muitos, inclusive o direito de sobreviver (ibidem, p. 129).

Em “A Mulher Negra na Sociedade” (2018), Lélia Gonzalez escreve, mas com acento nas questões de gênero e raça:

Mas sobretudo a mulher negra anônima sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, solidão, quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (GONZALEZ, 2018, p. 51).

Quem conhece a **Pedagogia do Oprimido** não pode, por sua vez, deixar de notar que a dialética hegeliana do senhor e do escravo também é uma chave que Paulo Freire entrega para compreender a complexa relação opressor e oprimido. A seguinte passagem se situa no mesmo campo de observações sobre solidariedade e interdependência que citamos anteriormente através de Lélia Gonzalez:

Se o que caracteriza os oprimidos, como “consciência servil” em relação à consciência do senhor, é fazer-se quase “coisa” e transforma-se, como salienta Hegel, em “consciência para outro”, a solidariedade verdadeira com eles está com eles lutar para a transformação da realidade objetiva que os faz este “ser para outro” (FREIRE, 2013, p. 49)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intersecções entre Paulo Freire e Lélia Gonzalez são possíveis em razão dos elementos de identificação que encontramos, mas também de diferenças que existem. É o jogo entre as identidades e as diferenças que nos permite aproximar autores para uma capacidade da prática, no caso, emancipatória. Se fossem tão próximos como autores, não teríamos a potência que nasce do esforço do encontro. Não é uma intersecção dada naturalmente através da leitura pura e simples das suas obras. É uma intersecção que só pode ser construída pela política, pelo engajamento e necessária criação que toda luta suscita no trabalho de libertação.

Ainda que existam estudos importantes sobre esses autores, cabe ressaltar, no entanto, que não foram encontrados trabalhos que tivessem os dois como objetos de estudo em uma mesma pesquisa. É um caminho muito produtivo academicamente, acreditamos.

Uma educação popular das e para as mulheres negras é uma estratégia de resistência à necropolítica. Paulo Freire pode ser apropriado porque nele admitimos a existência de uma política da amizade, vamos assim dizer, quando o assunto que grita por sua urgência está entrançado nas questões de gênero e raça, sem as quais não dá mais para falar em “oprimidos” de modo sociologicamente válido.

O feminismo negro não é algo novo, mas é necessário sistematizar as atividades para que não sejam ações somente da educação não formal. Para tal, é preciso ter a esperança utópica de Freire, que é a concretização dos sonhos possíveis, é compreender que a realidade não “é”, mas “está sendo” e que, portanto, podemos e devemos transformá-la.

Nos dias que vivemos, de posições extremadas e fundamentalistas, precisamos aprender a pensar, a refletir criticamente, a ouvir o diferente, e, por isso, ainda mais visitar Freire e reinventá-lo, como ele queria, como uma grande referência de um mundo justo, mais produtivo e sustentável. Gadotti (apud PITANO; STRECK; MORETTI, 2019).

Troquemos o *Eva viu a uva* (Freire, 1991) pelo Lélia foi a luta!

Estamos ainda no “presente” da pandemia e vivemos tempo de incertezas, não sabemos qual rumo a educação irá tomar. Temos a educação a distância tomando espaço e ações dos movimentos sociais e da educação popular tomando esse espaço, mostrando a urgência de sistematizar uma educação popular feminista negra.

Afirmamos que a intersecção entre a educação progressista defendida por Paulo Freire e a militância (feminista) negra de Lélia Gonzalez é um caminho para combater as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Primeiro caso de covid-19 no Brasil completa um ano**. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completaum-ano>. Acesso em 07 abr. 2021.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. Educação Popular nas Lutas Libertárias Contemporâneas. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 1, n. 12, p. 183-204, jan./abr. 2020.

ARRAES, Jarid. Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria. **Sul 21**, 2014. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2014/04/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoriapor-jarid-arraes/>. Acesso em 20 mar. 2021.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Afro-Ásia**. 2000.n. 23. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1459/showToc>. Acesso em 20 mar. 2021.

BASILIO, Ana Luiza. “Bolsonaro só não manda matar Paulo Freire porque ele já morreu”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsonaro-so-nao-manda-matar-paulo-freire-porque-ele-ja-morreu/>. Acesso em 5 abr. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga. (org). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016.

DIÁSPORA AFRICANA (org.); GONZALEZ, LÉLIA. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. 1. [S.l.]: Ed. Editora Filhos da África, 2018. 486 p.

EPSJV/FIOCRUZ. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. 2020. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-educacao-popular-e-importante-porque-reconhececondicoes-de-vida-atua-a-partir>. Acesso em: 20 mar.2021.

ESTENSSORO, Luis. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. Orientador: Sedi Hirano 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102003072125/publico/TeseLuisEstenssoro.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2021.

FEMINISMO NEGRO: sobre minorias dentro da minoria. [S,l,: s.n.], 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire: Uma história de vida**. 2ª. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em processo**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Lélia Gonzalez: A mulher que revolucionou o movimento negro**. 2019. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=53181>>. Acesso em 05 mar. 2021.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. 1. ed.. São Paulo: Moderna, 2014.

GEBARA, Ivone. Educação Popular: a resignificação das expressões. In: CASTRO, A. M. e MACHADO, R. C. F. (org). **Estudos Feministas: mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016. v.1. p. 189-200.

GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...Diáspora Africana: Filhos da África**, 2018a. p. 34-53.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político- Cultural da Amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...Diáspora Africana: Editora Filhos da África**, 2018b. p. 321-334.

HADDAD, Sérgio. **O educador: Um perfil de Paulo Freire**. São Paulo: Todavia, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2021. Disponível em:
<https://www.gov.br/saude/ptbr?utm_source=google&utm_medium=search&utm_campaign=MS_Vacinacao_Covid&utm_term=vacin_vaci_coronavirus_googleads&utm_content=gads001>. Acesso em 7 abr. 2021.

PERFIL LÉLIA GONZALEZ. **IPEA**, 2009. Disponível em: encurtador.com.br/jkovH. Acesso em: 9 mar. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Boitempo, 2020.

SOARES, Jussara. Volta às aulas no País e acesso à internet não são temas do MEC, diz ministro. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SCHUQUEL, Thayná. Weintraub critica mural de Paulo Freire: “É ou não é feio de doer?”. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/weintraub-critica-mural-de-paulo-freire-e-ou-nao-e-feio-de-doer>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org). Dicionário Paulo Freire. 2. ed. Autêntica, 9299 p., E-book.

Submetido em abril de 2021.

Aprovado em junho de 2021.

AUTORIA

Aristóteles Berino

Professor Associado IV da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar (Campus Nova Iguaçu) e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc-UFRJ). Coordenador do GRPESQ Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo. Membro do Fórum Estadual de Educação do Rio de Janeiro como representante da UFRJ

E-mail: aristotelesberino@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6013-7784>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8079382084565252>

Andrea Cavalcanti de Mendonça

Pedagoga com especialização em Educação Transformadora: Pedagogia, Fundamentos e Práticas pela PUCRS (2020). Atua como professora II da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desde 2000 e participa do Grupo de Pesquisa Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: deiacm78@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4448-8349>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7354694317317059>